

RESOLUÇÃO DE EDUCAÇÃO APROVADA NO 42º CONUBES

A educação brasileira, já precária, foi ainda mais sucateada pelo governo ilegítimo de Michel Temer. O governo federal, através de seu Ministro da Educação Mendonça Filho e sua base parlamentar no Congresso Nacional, vêm impondo ao país uma série de profundas deformas da educação que passam longe do projeto historicamente defendido pelas entidades estudantis e da educação.

Os secundas mostraram sua força com as ocupações de São Paulo contra os desvios da merenda do governo Alckmin e contra o projeto de "Reorganização das escolas". Foram vitoriosos, derrotaram a "desorganização" escolar e conseguiram conquistar uma CPI da merenda na ALESP. As ocupações se mostraram um importante instrumento de combate aos retrocessos, ampliando a capacidade de diálogo do movimento estudantil para, inclusive, além dos muros da escola.

Com a apresentação da Medida Provisória da Reforma do Ensino Médio pelo governo golpista, a resposta não poderia ser outra: a intensificação do movimento de ocupações em todo território nacional contra as reformas impopulares. O movimento secundarista dessa geração tem o orgulho de dizer que construiu o maior movimento de ocupações de escolas da história de nosso país. Foram mais de 800 ocupações só no Paraná e milhares de ocupações em todo o país. O movimento secundarista protagonizou também ocupações de Assembleias Legislativas (SP e RS), Câmaras de Vereadores (AL) e Secretarias de Educação (PR, RJ, RS, ES e RN).

As ocupações ampliaram o diálogo com as comunidades e fortaleceram o debate entre os estudantes sobre o modelo de educação que queremos construir e da necessidade de fortalecer o movimento estudantil. A experiência das ocupações, sem dúvida, ressignificou o conceito de escola para o corpo discente. Nesse contexto, os estudantes pautaram uma escola mais democrática, com mais cultura, esporte, debates e participação, que emancipe a juventude trabalhadora e se sustente em uma intensa relação entre teoria e prática.

Embora as ocupações tenham trazido grande acúmulo político para os estudantes, a reforma foi aprovada a toque de caixa em dezembro de 2016 na Câmara dos Deputados. Depois, com menos de três meses de debate, foi sancionada em fevereiro deste ano pela ilegítima Presidência da República. O próprio anúncio dessa contrarreforma reafirma a marca antidemocrática desse governo, já que, de forma unilateral e sem nenhum diálogo, enfiou goela abaixo essa proposta que só interessa à elite.

A Reforma aprovada passou por cima de todos os acúmulos de décadas do movimento educacional e estudantil. Exatamente por isso, chamamos essa proposta de "Contrarreforma", já que esse governo ilegítimo toma para si, num cenário de ruptura da democracia, uma discussão necessária e histórica feita pelos movimentos educacionais e pela UBES. Ou seja, é uma contra ofensiva à nossa luta por um Ensino médio emancipador. A reforma destruiu os conteúdos transformando tudo nos chamados itinerários formativos, uma fusão de matérias visando rebaixar sua qualidade. Estabeleceu uma orientação formativa tecnicista minimizante, profissionalizante e voltada para as demandas do mercado, excluindo da grade obrigatória disciplinas críticas como História e Geografia. Desapareceu também o Espanhol como língua opcional, dificultando a integração brasileira com os vizinhos da América Latina. As disciplinas de Artes, Sociologia, Filosofia e Educação Física, passam a ser "estudos e práticas" obrigatórias, não sendo especificado como isso se dará. Passou a valer a figura do professor de "notório saber", desvalorizando ainda mais a formação através das licenciaturas e incentivando a contratação de profissionais não qualificados. A reforma

ainda estabelece um certificado para o ensino técnico dos que abandonarem o curso no meio, incentivando a entrada precoce no mercado de trabalho sem a conclusão do curso.

O governo golpista de Temer e seus aliados atacou ainda os Institutos Federais com constantes ameaças de privatização e com falsas alegativas de que o sistema "S" seria mais produtivo que as escolas federais. Em contrapartida, os IFs foram as escolas com melhor desempenho no ENEM e revelaram dados que as colocam em comparação com escolas coreanas. Em conjunto com os cortes de verbas, que objetivam a diminuição dos *campi* nos interiores dos estados, o discurso privatista do golpe busca retirar dos estudantes o direito de ter acesso a uma escola técnica de qualidade e que não nos forme apenas para apertar parafusos.

Todas essas transformações vêm acompanhadas de uma maldade ainda maior: a Emenda Constitucional 95 que congela os investimentos em educação pelos próximos 20 anos. Dessa forma, o governo aprova mudanças profundas na educação sem apresentar orçamento adequado para efetivá-las. Como oferecer o ensino técnico nas escolas do Brasil sem o orçamento para construção de laboratórios? Como aumentar a qualidade da educação sem a justa remuneração dos profissionais da educação? É possível melhorar a escola sem fazer as urgentes reformas de sua estrutura? Como aumentar os ainda tristes índices de alfabetização e de matrícula no ensino fundamental e médio com o orçamento congelado? Como manter ou aumentar a qualidade para uma população que aumentará nos próximos 20 anos, em especial a população em idade escolar?

Além disso, a retirada da exclusividade da Petrobrás na exploração do pré-sal, todas essas reformas e a EC 95 vão na contramão do estabelecido em lei no Plano Nacional de Educação (PNE) que determina metas para a educação até 2024, conquista que tem a marca da UBES e das entidades estudantis. Por isso, é fundamental se utilizar das metas ousadas do PNE no combate às políticas educacionais retrógradas de Temer e sua trupe.

Chama a atenção os atuais índices que apontam que 68% da população brasileira são analfabetos funcionais, e, por isso, é necessário que a entidade que representa 40 milhões de estudantes tenha a capacidade de se reinventar. É necessário o engajamento na tarefa de consolidar um modelo de educação de qualidade abrangente e emancipadora, como foram os CIEPs de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro.

Ainda, o Congresso Nacional e diversas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais vêm apresentando diversos projetos de lei denominados "Escola sem Partido" que, para o movimento secundarista, são chamados de "Escola com Mordaza".

Esses projetos ignoram todo o debate dos principais educadores do país e do mundo sobre o papel emancipador da escola, defendendo um inexistente conceito de "conhecimento imparcial e neutro". A Escola com Mordaza trata, na verdade, da defesa de uma educação inócua na formação cidadã que ignora os problemas sociais e estruturais da sociedade, em que os professores são impedidos de tratar de temas relevantes na vida da sociedade. Ainda, o projeto vai na contramão do direito consagrado em nossa Constituição Federal ao pluralismo de ideias e de elaborações pedagógicas básicas, que dizem respeito à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

Além disso, os mecanismos de participação popular estão sendo todos destruídos e esvaziados, a exemplo da desestruturação do Fórum Nacional de Educação, e as políticas educacionais estão sendo cortadas a cada dia. O projeto neoliberal de Temer reafirma cada vez mais sua incompatibilidade com a democracia e a participação popular na construção do Estado.

Diante de tantos ataques, é fundamental reafirmar ao conjunto da sociedade o modelo de escola que a UBES defende. A escola de nossos sonhos é verdadeiramente democrática e popular: os grêmios têm autonomia de atuação; o conhecimento produzido é voltado às demandas da classe

trabalhadora brasileira e seus filhos, apontando para um desenvolvimento social sustentável e para a soberania nacional científica e tecnológica; os estudantes possuem autonomia diante do seu processo de aprendizagem, agindo enquanto sujeitos ativos; as instituições são acessíveis a pessoas com todos os tipos de necessidades específicas e também à comunidade; os grandes debates são feitos em Congressos Escolares com participação de estudantes, professores, técnicos e responsáveis e os diretores são escolhidos através de eleições diretas. Mas, esta escola não cabe no capitalismo, por isso, temos o dever de lutar também pela transformação radical da sociedade.

E para construir a escola e a sociedade que queremos, devemos nos manter firmes na defesa da construção de um Plano Nacional de Assistência Estudantil do Ensino Básico e Técnico para garantir as condições reais de permanência das e dos estudantes nas escolas. Para isso, é necessário reconhecer quais são os setores mais afetados pela evasão escolar para formular políticas de assistência estudantil específicas como, por exemplo, para combater os altos índices de gravidez na adolescência, cujas principais afetadas são as mulheres negras. Além disso, não poderemos vacilar na defesa de pautas históricas como o debate de gênero e sexualidade nas escolas e a aplicação real da Lei 10.639/03, que garante o estudo da cultura e história afro-brasileiras.

Desta perspectiva, é necessário defender, também, o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) – que está tendo inúmeras turmas fechadas por governos estaduais aliados à agenda golpista –, uma vez que o ensino noturno possui um peso tão caro à juventude trabalhadora, obrigada a conciliar vida escolar e vida profissional tão precocemente e que estará absolutamente prejudicada com a implementação de um ensino integral sem políticas de assistência estudantil que garantam nossa permanência nas escolas.

É preciso ainda intensificar a produção de conhecimento na escola. Não é suficiente que as escolas tenham apenas acesso a internet e equipamentos tecnológicos, precisamos que seja investido no ensino técnico para além dos IFs e que seja concedida bolsas de iniciação científica como já acontece no ensino superior.

Além disso, é urgente que o movimento secundarista se coloque ao lado dos professores de nosso país na defesa de um salário justo, com melhores condições de trabalho, assim como em suas lutas contra a indefensável reforma trabalhista e a reforma da previdência em curso.

A UBES também se posiciona de forma contrária ao projeto de privatização da gestão das escolas proposta recentemente pelo governo Alckmin de São Paulo através do chamado Contrato de Impacto Social (CIS). O projeto ataca a autonomia pedagógica e de pessoal das escolas, não respeitando a democracia interna das escolas, colocando a escola pública a serviço de metas artificiais com objetivo de lucros de empresas que comandariam a gestão das escolas.

Neste cenário, se faz necessária a luta da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas pela defesa da educação pública, democrática, popular, gratuita e de qualidade. A saída da crise política e econômica não perpassa pela precarização e sucateamento das escolas brasileiras. Precisamos, portanto, percorrer o Brasil para defender a educação, que para a UBES é inegociável.